

PARTICIPAR E FORMAR: O ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO POSTO EM DEBATE

Júlio César Augusto do Valle¹

Lisete Regina Gomes Arelaro²

Rosemeire de Oliveira Nascimento³

Sônia Maria Portella Kruppa⁴

RESUMO:

Os propósitos deste texto consistem tanto em compartilhar a experiência que secretarias municipais de educação tiveram no sentido de fundamentar e de mobilizar discussões e formações sobre orçamento público da educação. Esta comunicação relata as experiências das Secretarias Municipais de Educação de Suzano-SP (2010-12) e de Pindamonhangaba- SP (2016-2017): a primeira delas enfatizando o tratamento dado à constituição do custo qualidade-aluno e a segunda tratando das experiências de comunicação e de formação sobre orçamento público, particularmente do financiamento público da educação, para professores e para professoras da rede pública municipal.

Palavras-chave: Financiamento público da educação. Informeduca. Custo aluno-qualidade.

O dinheiro público é questão central da democracia e do Estado de direitos. A democracia é conteúdo que se altera pela forma participativa de decidir. É fundamental que o conteúdo social da qualidade da educação seja discutido democraticamente.

Esta Comunicação apresenta duas experiências de democratização da execução orçamentária e da formulação do custo-aluno de qualidade. O orçamento é fundamental para viabilizar as ações públicas. Pelo poder que tem é urgente que suas técnicas de formulação e de implementação sejam disponibilizadas à população, superando sua linguagem hermética, retomando a discussão política da origem dos recursos e de sua repartição - da justiça tributária.

Em Abril de 2017, a Secretaria de Educação e Cultura de Pindamonhangaba, no interior de São Paulo, região do Vale do Paraíba, compartilhou o primeiro número do informativo mensal digital, chamado Informeduca. De acordo com o texto escrito no primeiro editorial pelo grupo diretor da Secretaria:

¹ Mestre e Doutorando em Educação. Universidade de São Paulo/Secretaria de Educação e Cultura de Pindamonhangaba

² Professora Titular da Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo

³ Licenciada em Pedagogia. Secretaria de Educação e Cultura de Pindamonhangaba

⁴ Professora Doutora da Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763

www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

Na primeira edição deste projeto, que terá circulação mensal e digital, introduzimos temas que nos são caros, como a pedagogia da emergência, a democratização do orçamento, a roda de conversa junto à terapia comunitária, eventos pedagógicos e culturais para nossa rede e o encaminhamento dado às questões que nos sensibilizam e movem como educadores. A partir da próxima edição, teremos alguns espaços reservados para quem constrói diariamente a educação em que acreditamos: é o caso da coluna dos conselhos e o espaço para divulgar e compartilhar as boas práticas das professoras e dos professores da rede. Contem desde já com esta ferramenta para divulgar o trabalho lindo que fazem! Educar é comunicar e vice-versa! (PMP/SEC, 2017, p. 1)

Desde o início, portanto, o projeto se apresentou como uma proposta de construção de um canal de comunicação efetivo e coletivo para a rede municipal de ensino, composta por 59 escolas, 1536 funcionários e 14073 alunos. Desse esforço, de se comunicar decisões, reuniões, encontros pedagógicos, projetos escolares, textos sobre os conselhos de escola, destacamos – a fim de delinear uma abordagem possível para este texto – a coluna “Orçamento público ao alcance de todos”.

Essa coluna, redigida por dois dos autores deste texto, tem como objetivo principal apresentar informações sobre o financiamento da educação no município com a preocupação de que tais informações não fossem tão somente “despejadas” sobre as professoras – principais leitoras do informativo –, mas, ao invés disso, elucidadas por meio de uma sequência de textos, construída de forma estruturalmente didática para viabilizar o entendimento sobre essa, que se apresenta muitas vezes como uma área estritamente técnica.

Essa série de textos constituiu-se do



Figura 1 - Conteúdos apresentados em alguns informativos.

seguinte: em abril, escrevemos sobre “As regras do jogo para arrecadar e gastar”, iniciando a discussão sobre a receita e as principais peças orçamentárias (Plano Plurianual, Lei Orçamentária Anual e Lei de Diretrizes Anual Orçamentária). Em maio, escrevemos sobre “De onde vem e para onde vai o dinheiro”, tratando mais particularmente sobre as receitas e

as despesas municipais. Continuando o texto anterior, enfatizamos “As despesas públicas” em junho. Em julho, convergindo à discussão feita na Secretaria naquele mês, dedicamos o texto à reflexão sobre como e porque descentralizar o recurso da educação no texto “Descentralizar recursos é possível?”. No texto de agosto discutimos “As fontes de recurso da Educação”. Nos meses seguintes, dedicamo-nos à discussão mais detalhada do Plano Plurianual (PPA) e também da Lei Orçamentária Anual (LOA), detalhando as peças elaboradas pela própria administração municipal que foram submetidas à apreciação da Câmara de Vereadores.

O debate sobre o orçamento apresentado na coluna de que tratamos reflete, sobretudo, um princípio fundamental à construção da educação pública popular de qualidade, qual seja: introduzir de maneira consistente os educadores do município no território de disputas do próprio orçamento público, permitindo que tais discussões se contaminem de nosso olhar político-pedagógico e, assim, capacitar esses educadores a participar das decisões sobre execução desse orçamento. Afinal, como está registrado na primeira coluna publicada, “entender o funcionamento do orçamento público é requisito indispensável para participar das tomadas de decisões que influenciam o trabalho pedagógico” (PMP/SEC, 2017, p. 4).

Essa não consiste evidentemente em uma experiência singular nesse sentido. Outras foram mobilizadas e consideramos importante observar como constituem trajetórias relevantes em que experiências de discussão e de abertura dos orçamentos municipais são realizadas.

Em 2010, em Suzano, no 1º Congresso Municipal – Criança, Jovem e Adulto: diálogo de gerações em busca do direito à Educação de Qualidade, cujo principal objetivo foi a elaboração do Plano Municipal de Educação (2011-20), a SME assumiu o eixo do Financiamento da Educação e do Controle Social como um desafio, colocando no centro das discussões a situação das escolas e da qualidade do ensino. O planejamento que, a partir da escola, orientasse com maior efetividade as ações da Secretaria, é estimulado, com o mote da articulação dos projetos político pedagógicos das escolas ao plano da ação da Secretaria.



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

Iniciou-se o esforço de unir as áreas responsáveis pelo planejamento e suprimentos e pela ação pedagógica e, já no órgão central, superar a tão comum separação entre as ações administrativas e pedagógicas. As compras da Secretaria passam a ter o crivo do pedagógico, o que deu centralidade ao custeio das unidades escolares. Os processos licitatórios, seus tempos de realização e suas dificuldades, foram progressivamente acompanhados pelas escolas e conselhos escolares. Nesse processo, foi fundamental a articulação de um grupo de trabalho na Secretaria, com a participação de representantes das escolas e coordenado pela área de suprimentos, que passou a realizar o estudo sistemático do gasto aluno efetivo (GAE) em cada uma das unidades, com a elaboração de uma metodologia para seu cálculo.

Com a regularidade na obtenção das informações foi-se estabelecendo as sequências de gastos considerados em sua forma direta (aqueles realizados para viabilizar diretamente as unidades) e indireta (os relativos à administração do sistema).

Interessa-nos, portanto, delinear um quadro das políticas que tenham, como as duas apresentadas anteriormente, o foco na formação para a participação de professores e de professoras nos debates e no planejamento do orçamento público da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARENZENA, N. (org.). Custos e condições de qualidade da educação em escolas públicas: aportes regionais. Brasília: INEP/MEC, 2005.

FÓRUM PERMANENTE DO MAGISTÉRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Custo-aluno-qualidade. Brasília, 1995.

KRUPPA, Sonia M. P.. A Democracia é um todo: Gestão Democrática na Educação de Suzano. In: Perrella, Cileda dos Santos Sant'Anna. (Org.). A escola pública é feita por várias mãos: dimensões críticas da formação de conselheiros. 1aed.São Paulo: Xamã, 2014, v. , p. 45.

MONLEVADE, J.A. Custo-aluno-qualidade: apontamentos para clarear um conceito-chave para o planejamento da educação In: CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Dossiê para a oficina custo-aluno-qualidade: financiando a educação que queremos. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, [200-].

PARO, V.H. O custo do ensino público no estado de São de Paulo: estudo de custo/aluno na rede estadual de primeiro e segundo graus. Caderno de Pesquisa. São Paulo, n.43, nov. 1982.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA-SP/SEC (PMP/SEC). Informeduca, Abril. São Paulo: SEC, 2017.



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

PINTO, J.M.R. Uma proposta de custo-aluno-qualidade na educação básica. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v 22, n 2, p. 197-227, 2006.

VERHINE, R.E. Determinação de custos educacionais: uma análise panorâmica do estado da arte. Revista Educação – PUC/RS. Porto Alegre, v. 21, n.35, 1998, p. 107-122.

XAVIER, Antônio Carlos R e MARQUES, Antônio Emílio S. Custo direto de funcionamento das escolas de 1º grau (por regiões geográficas). Brasília, MEC-SEB, 1987.



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>